

VEJA O QUE OS DEPUTADOS PAULISTAS FIZERAM EM BRASÍLIA

JORNAL DA TARDE

29 AGO 1990

Para mostrar o que fizeram os deputados paulistas em Brasília, o JT continua publicando hoje a série **Use bem o seu voto**, com a avaliação técnica de cada candidato à reeleição neste ano. Nesta edição, o de-

sempenho de mais dois parlamentares: Bete Mendes (PSDB), eleita em 1986, com 58.019 votos e o pedessista Delfim Netto, com 76.342 votos.

O levantamento compreendeu a análise da produção legislativa de cada um, sua postura na

Constituinte e seu voto em cada uma das reformas propostas pelo governo Collor. Incluiu também uma investigação em torno da utilização do cargo para contratação de parentes ou a barganha de votos em troca de favores do governo ou para agradar seg-

mentos muito específicos do eleitorado. Apurou-se também o que o eleito fez por seu Estado ou, ao menos, pelas suas bases eleitorais.

No geral, o exame mostrou que os deputados mais hábeis na articulação da política nacional,

quase sempre, curdam mal de suas bases eleitorais. Nota-se também que, pelo menos até a posse do atual governo, o atalho mais comum utilizado pelos parlamentares que cultivam mais suas bases foi a troca do voto pelos favores oferecidos pela admi-

nistração federal.

Na edição de ontem tiveram seus desempenhos analisados o petista José Genoíno e o petebista Gastone Righi. Amanhã, o JT dá as fichas dos peemedebistas Theodoro Mendes e Dirce Quadros.



Vidal Cavalcanti/AE

Delfim Netto (PDS)

O ex-imperador da Economia brasileira, Delfim Netto não faz política à moda antiga. *Influencia as decisões do Congresso de fora para dentro.* Suas idéias são levadas em consideração pelo governo, pelo empresariado e pela mídia.

Mas não participa, pessoalmente, das articulações em plenário. Tem o apoio de produtores rurais, empresários nacionais e também dirigentes

de multinacionais.

O deputado Delfim Netto é economista e professor universitário, tem 62 anos, e está em seu primeiro mandato eletivo. Foi secretário da Fazenda de São Paulo, em 1966 e ministro da Fazenda entre 67 e 74. Ocupou a pasta da Agricultura no governo Figueiredo, seguindo depois para a Secretaria do Planejamento (entre 79 e 85). Foi também embaixador do Brasil na França.

Uso do Cargo

Não há registro de que o deputado tenha parentes seus contratados na Câmara, nem que tenha negociado votos em troca de favores do governo.

No Congresso

Nos seus quatro anos de mandato, o ex-ministro apresentou um único projeto (propondo o parlamentarismo). Apesar de se expor pouco, publicamente, empresta seus argumentos técnicos para a defesa do liberalismo econômico. Sua opinião é considerada, inclusive, entre os partidos de oposição. Delfim faz parte da Comissão de Economia da Câmara.

Na Constituinte

Delfim foi para a Câmara disposto a trabalhar pela modernização da Economia brasileira na nova Constituição. Durante a Constituinte atuou na defesa da livre iniciativa, por uma menor interferência do Estado na economia e a fa-

vor da presença do capital estrangeiro no País. Sua produção formal, porém, foi fraca. Apresentou 7 emendas e teve uma aprovada. As demais foram rejeitadas. Presidiu a sub-comissão de Princípios Econômicos, que tratou da Ordem Econômica.

No Plano Collor

Votou pela venda de imóveis da União, pela reforma administrativa e pelo programa de privatização. Não compareceu à votação das normas de conduta para o funcionalismo e também não votou a suspensão de dissídios coletivos decididos nos Tribunais Regionais. A ampliação do saque de Cr\$ 50 mil para Cr\$ 200 mil das poupanças bloqueadas, Delfim disse não.

Por São Paulo

Não se envolveu com bandeiras específicas do Estado de São Paulo, embora tenha favorecido, com suas posições, os setores industrial, comercial, financeiro e agrícola.



André Douek/AE

Bete Mendes (PSDB)

A deputada tucana Bete Mendes notabilizou-se por ter feito campanha para a Constituinte e, uma vez eleita, ter trocado sua cadeira no Congresso pela Secretaria da Cultura do governo Quéricia. Deixou o governo e voltou à Câmara, em 1989, onde dividiu por algum tempo sua atuação com o papel que desempe-

nhava na novela "Tieta", da Rede Globo.

Atriz, 41 anos, foi eleita para seu primeiro mandato pelo PT, partido que ajudou a fundar, em 82. Foi expulsa do PT por ter participado do Colégio Eleitoral, que elegeu Tancredino Neves e José Sarney. Abrigou-se no PMDB, de onde migrou para o PSDB.

No Congresso

Apresentou, em seu segundo mandato, 11 projetos. Entre eles, destaca um projeto de lei, já aprovado em duas comissões, que estabelece a obrigatoriedade de que as empresas forneçam transporte a seus funcionários quando no local de trabalho não houver linhas regulares. A deputada acredita que este projeto pode beneficiar principalmente os trabalhadores rurais e os da construção civil. Outros projetos de sua autoria dispõem sobre recursos para o cinema nacional; regio-

nalização da produção de rádio e televisão; aposentadoria de artistas e técnicos de espetáculos em geral.

Bete Mendes faz parte de duas comissões da Câmara: a de Educação e Cultura e a de Comunicação, Ciência e Tecnologia, onde discute temas como a nova Lei de Diretrizes do Ensino e analisa concessões de rádio e televisão. Como relatora, aprovou seis dessas concessões que se destinavam a universidades e entidades sem fins lucrativos.

No Plano Collor

Participou da maior parte das votações do Plano Collor. Votou contra a manobra regimental que levaria à aprovação da venda de imóveis da União, como as mansões ministeriais e os apartamentos funcionais. Ficou contra a reforma administrativa e contra também o programa de privatização. Foi a favor da medida que determinou normas mais rígidas de conduta para o funcionalismo público federal e também disse sim à liberação de Cr\$ 200 mil dos poupadores que tiveram seus recursos bloqueados.

Uso do cargo

Não há registro de parentes da deputada Bete Mendes empregados na Câmara nem que tenha condicionado votos à obtenção de favores do governo.

Por São Paulo

Não há registros do empenho da deputada em projetos que beneficiem, especificamente, o Estado ou suas bases eleitorais (Grande São Paulo e Baixada Santista).